



Câmara Municipal de Palmas

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº05

PROCESSO Nº 08/2026

CONTRATANTE

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS-PR

UASG 931271

OBJETO

Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa(s) especializada(s) na elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), bem como na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, além do fornecimento de peças e insumos para ar-condicionado, a fim de atender às necessidades da Câmara Municipal de Palmas/PR

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$37.989,00 (*trinta e sete mil, novecentos e oitenta e nove reais*).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 27/05/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

MENOR PREÇO POR LOTE

Modo de disputa:

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Câmara Municipal de Palmas

Sumário

1. DO OBJETO.. 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.. 4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.. 6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. 9
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 10
7. DA FASE DE JULGAMENTO.. 14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.. 16
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 19
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA. 19
11. DOS RECURSOS. 20
12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.. 22
13. DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. 22
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 23
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.. 25
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 26



Câmara Municipal de Palmas

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS-PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Processo Administrativo nº 08/2026

Torna-se público que a CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS, Estado do Paraná, por meio do setor de licitações, sediado na Avenida Clevelândia, nº 591, Centro, através da pregoeira Livia Mickaele Alves Xavier, nomeada pela portaria nº 13/2026, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Legislativo municipal nº 06/2025, das Instruções Normativas nº 3/2018 e 73/2022 (SEGES), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços, para eventual e futura contratação de empresa(s) especializada(s) na elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), bem como na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, além do fornecimento de peças e insumos para ar-condicionado, a fim de atender às necessidades da Câmara Municipal de Palmas/PR.

1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela do Termo de Referência item 1 “Definição do objeto”.

1.3. O valor máximo da presente contratação é de **R\$37.989,00 (trinta e sete mil, novecentos e oitenta e nove reais)**.

1.4. A licitação será dividida em dois lotes, sendo facultado ao licitante a participação somente no lote de seu interesse.

1.5. O licitante deverá apresentar proposta para todos os itens que compõem o lote em que estiver participando.

1.5. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgão gerenciador e participantes, bem como as eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



Câmara Municipal de Palmas

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para os dois lotes, a participação é EXCLUSIVA a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



Câmara Municipal de Palmas

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.9. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



Câmara Municipal de Palmas

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;



Câmara Municipal de Palmas

4.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



Câmara Municipal de Palmas

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado restrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



Câmara Municipal de Palmas

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário

5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o disposto na Tabela.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



Câmara Municipal de Palmas

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



Câmara Municipal de Palmas

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



Câmara Municipal de Palmas

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



Câmara Municipal de Palmas

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



Câmara Municipal de Palmas

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.4 deste edital.



Câmara Municipal de Palmas

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



Câmara Municipal de Palmas

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, desde que válido.

8.1.2. Os documentos exigidos para fins de comprovação da habilitação constam no Anexo I deste edital.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).



Câmara Municipal de Palmas

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de



Câmara Municipal de Palmas

Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



Câmara Municipal de Palmas

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.



Câmara Municipal de Palmas

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Câmara Municipal (www.camarapalmas.pr.gov.br) no portal da transparência.

11.11. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.11.1. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentado.

12.1.1. Não serão adjudicadas propostas acima do valor máximo estimado.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL



Câmara Municipal de Palmas

13.1. O licitante será convocado a assinar o contrato, retirar ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação.

13.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, retirar ou aceitar o Instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

13.3. É facultado à Administração, quando a convocada não assinar o termo de contrato, não retirar ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, convidar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições propostas de cada classificado, inclusive quanto aos preços de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.

13.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
ou

14.1.2.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;



Câmara Municipal de Palmas

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. fraudar a licitação;

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e;

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



Câmara Municipal de Palmas

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.



Câmara Municipal de Palmas

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Câmara Municipal de Palmas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



Câmara Municipal de Palmas

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail licitacao@camarapalmas.pr.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



Câmara Municipal de Palmas

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. As empresas participantes deverão ficar logadas no plataforma eletrônica para acompanhamento de todas as informações enviadas via chat, tais como solicitação para apresentação de documentação, recursos, horários e datas, entre outras informações.

16.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.camarapalmas.pr.gov.br/imprensa/licitacoes>.

16.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.12.1. ANEXO I – Documentos de Habilitação

16.12.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar

16.12.2. ANEXO III – Termo de Referência

16.12.2.1. ANEXO IV – Modelo de Proposta

16.12.2.2. ANEXO V - Termo de Vistoria

16.12.2.3. ANEXO VI- Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal.

16.12.4. ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro de Preços

16.12.5. ANEXO VIII – Minuta do Contrato

12 de maio de 2026

Ricardo Severo Vaz

Presidente



Câmara Municipal de Palmas

ANEXO I - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica

1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

1.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.6. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

Avenida Clevelandia, 591, Centro – Palmas /Paraná
(46) 3262-1509 – (46) 3263-1103
<https://www.camarapalmas.pr.gov.br/>

Páginas 27/121



Câmara Municipal de Palmas

2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

2.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

2.8. prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

3. Habilitação econômico-financeira:

3.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.



Câmara Municipal de Palmas

3.2. Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

3.3. As empresas criadas no exercício financeiro do processo de contratação direta deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

3.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.

3.5. Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contábeis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

3.6. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4. A Habilitação Qualificação Técnica:

4.1. Prova de capacidade técnico-operacional da empresa, mediante a apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa executou ou executa serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, considerando-se ser esta a parcela de maior complexidade técnica do objeto.

4.2. Atestados de Capacidade Técnico-Profissional, comprovando que o licitante possui vínculo profissional, na data prevista para entrega da proposta, com profissionais legalmente habilitados para a elaboração, fiscalização e execução do PMOC - Plano de Manutenção Operação e Controle nos termos da Lei Federal nº 13.589/2018, regulamentada pela Resolução da ANVISA nº RE 9/03, pela Portaria nº 3.523/98 do Ministério da Saúde e Resolução nº 68/2019 do Conselho Federal dos técnicos industriais com registro no CREA e/ou CRT, da região onde os serviços foram executados.

4.3 A prova de capacidade técnica e Atestados de Capacidade Técnico-Profissional a que se referem os itens 4.1 e 4.2 serão solicitados somente para o fornecedor mais bem classificado na etapa de lances que oferecer proposta para o Lote 1.



Câmara Municipal de Palmas

4.4. Para o lote 2 será exigida apenas a prova de capacidade técnica constante no item 4.1.

4.5. Termo de Vistoria ou Dispensa de Vistoria preenchido pelo licitante.



Câmara Municipal de Palmas

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS-PR	
1.	IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E SOLICITANTE
1.1	Número do Processo: 08/2026
1.2	Número da Solicitação: XX/2026
1.3	Área Solicitante: ADMINISTRAÇÃO
2.	EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO: Gilmar Stahlschmidt de Moura Junior
2.1	Documento(s) de Designação (número): Portaria 13/2026



Câmara Municipal de Palmas

DIAGNÓSTICO – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

I.I. Descrição do Problema a ser solucionado ou da necessidade apresentada (na forma do artigo 18, §1º, incisos I e IV da Lei 14.133, de 2021):

Os servidores e vereadores utilizam-se dos equipamentos condicionadores de ar para refrigeração do ambiente de trabalho. Para tanto, faz-se necessário mantê-los em perfeitas condições de funcionamento e conservação, a fim de possibilitar um ambiente saudável.

O correto funcionamento e a manutenção periódica dos aparelhos de ar-condicionado garantem não apenas o conforto térmico, mas, sobretudo, a salubridade do ambiente laboral, prevenindo possíveis riscos à saúde dos usuários.

Há também a necessidade de elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), pois constitui uma obrigatoriedade legal para locais com ambientes climatizados, conforme dispõe o artigo 1º da Lei n.º 13.589/2018, o qual tem como principal finalidade realizar a prevenção ou minimizar os riscos à saúde dos ocupantes dos ambientes atendidos por sistemas de climatização.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de realização de manutenção corretiva e preventiva nos equipamentos existentes e a elaboração de Plano de Manutenção, Operação e Controle.

Cenário Atual:



Câmara Municipal de Palmas

Em abril de 2025, foi realizado o Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2025, com o objetivo de viabilizar a manutenção dos equipamentos de condicionadores de ar e a elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC). Do referido processo, resultou a Ata de Registro de Preços nº 04/2025 (Elaboração do PMOC), tendo como vencedora a empresa Lima e Martinasso Desenvolvimento Profissional, inscrita no CNPJ nº 11.924.244/0001-87 e a Ata de Registro de Preço nº 05/2025 (Manutenções preventiva e corretiva), a qual teve como vencedora a empresa Juraci do Carmo da Silva Moraes Ltda., inscrita no CNPJ nº 03.884.211/0001-22.

Atualmente, não há contrato ou Ata de Registro de Preços vigente para a prestação de serviço de elaboração de PMOC e para a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar-condicionado, uma vez que a vigência dos instrumentos anteriores, oriundo das referidas atas de registro de preços, foram encerradas em 11/04 (Ata nº 05/2025) e 15/04 (Ata nº 04/2025).

Diante da inexistência de cobertura contratual no momento, torna-se necessária a realização de nova contratação, com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços e o pleno funcionamento dos equipamentos.

I.II. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento da Administração (artigo 18, §1º, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021):

A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026 conforme demonstrado abaixo:

Serviço de manutenção Ar Condicionado/PMOC	Ar	12.000,00	Faz-se necessário para manter os aparelhos em perfeitas condições de funcionamento e conservação, a fim de possibilitar um ambiente saudável, proporcionar maior vida útil aos aparelhos. O PMOC, tem como principal finalidade realizar a prevenção e minimizar os riscos à saúde dos ocupantes dos ambientes atendidos por sistemas de climatização.	Conforme Demanda	Médio	Não	MAIO
--	----	-----------	--	------------------	-------	-----	------

Disponível no site:
<https://www.camarapalmas.pr.gov.br/imprensa/licitacoes/Plano-de-Contratacoes-Anuais/1/0/1292>.



Câmara Municipal de Palmas

I.III. Descrição dos requisitos da potencial contratação (na forma do artigo 18, §1º, inciso III da Lei nº 14.133, de 2021):

a) Execução do PMOC: A empresa contratada deve ser responsável por elaborar, implementar e manter atualizado o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), conforme determinado pela Lei nº 13.589/2018, e seguir os parâmetros estabelecidos pela Portaria nº 3.523/GM, de 28 agosto de 1998. O PMOC deve incluir todas as unidades de climatização do edifício, assegurando a conformidade com as normas de qualidade do ar interior.

b) Manutenção Preventiva e Corretiva: A empresa deve realizar manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de climatização, incluindo limpeza, ajustes, troca de peças e qualquer outra atividade necessária para garantir a operação eficiente e segura dos equipamentos, minimizando o consumo de energia prolongando sua vida útil e disponibilizar, sem custo adicional, toda a ferramenta e equipamentos necessários para a execução dos serviços.

b.1) Disponibilizar e fornecer, sem custo adicional, todos os materiais de consumo necessários para a execução dos serviços de manutenção, tais como: estopa, desengraxante, fitas adesivas, materiais de limpeza e quaisquer outros que se façam necessários.

c) Acompanhamento e Relatórios Técnicos: A contratada deverá fornecer relatórios detalhados, indicando as atividades realizadas, resultados das inspeções e quaisquer anomalias detectadas, além de sugestões de melhoria ou substituição de equipamentos. Esses relatórios devem ser apresentados periodicamente para controle e acompanhamento. A contratada deverá proceder, quando for o caso, à emissão das Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, às suas expensas, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA-PR, mantendo-as devidamente atualizadas e em conformidade com a legislação vigente. A emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART é de responsabilidade exclusiva da contratada, devendo atender integralmente às exigências normativas aplicáveis à matéria.



Câmara Municipal de Palmas

d) Atendimento às Normas Técnicas: A execução dos serviços deve estar em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial a NBR 16401 (Instalações de ar-condicionado - Sistemas centrais e unitários) e demais normas relacionadas à qualidade do ar e eficiência energética.

e) Capacidade Técnica Comprovada: A empresa deve possuir experiência comprovada em serviços de manutenção de sistemas de climatização de ambientes coletivos. Devem ser apresentados atestados de capacidade técnica que demonstrem a realização de serviços semelhantes.

f) Certificações de Qualidade: É desejável que a empresa possua certificações de qualidade, como a ISO 9001 (Gestão de Qualidade), e comprovação de boas práticas ambientais e de segurança no trabalho, como a ISO 14001 (Gestão Ambiental) e a ISO 45001 (Segurança e Saúde Ocupacional).

g) Prazo e Atendimento: A empresa deverá garantir agilidade no atendimento emergencial e estar disponível para realizar manutenções corretivas no prazo máximo de 48 horas após a solicitação. O prazo para a execução de atividades programadas deverá ser cumprido rigorosamente, conforme o cronograma estabelecido no PMOC.

h) Retirada de ares-condicionados: que por motivos técnicos não puderem ser consertados e/ou regulados nos locais de uso, mediante prévia aprovação da contratante, ficando a contratada inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes durante a retirada, transporte, substituição de peças e reinstalação, sem qualquer custo adicional à contratante. A contratada deverá arcar com todos os custos e recursos para retirar e transportar os equipamentos defeituosos para o local da oficina, assim como para o retorno e recolocação em sua posição de origem, inclusive, disponibilizar, sem custo adicional, andaimes, escadas, cordas e quaisquer outros que se façam necessários.

i) Zelar pela limpeza e organização: nas áreas onde forem realizados os serviços, a empresa contratada deverá responsabilizar-se pela remoção de todo e qualquer



Câmara Municipal de Palmas

entulho eventualmente produzido pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem custo adicional à CONTRATANTE.

I.IV. Classificação do Objeto e Fundamentação

- a) O objeto desta contratação caracteriza-se como serviço comum, de natureza continuada nos termos do artigo 6º inciso XXI, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021.
- b) O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo;
- c) A presente contratação será realizada por meio de Pregão na modalidade Eletrônica, por meio de sistema de registro de preços, considerando tratar-se de objeto comum para aquisição futura e eventual, com critério de julgamento menor preço por lote.
- d) Ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
- e) A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- f) Por se realizar com Sistema de Registro de Preços, o presente objeto não caracterizará contratação obrigatória para Administração.
- g) O procedimento de Intenção de Registro de Preço - IRP será dispensado, com base no Decreto nº 4.341, art. 4º parágrafo 1º, alínea a, do Município de Palmas:

“A publicidade da intenção de registro de preços aos demais órgãos e entidades, prevista no inciso I do caput deste artigo poderá ser dispensada pela entidade gerenciadora, mediante justificativa, quando;

- ❖ O objeto for de interesse restrito a órgãos ou entidades específicas da Administração Pública Municipal.”

II. PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES



Câmara Municipal de Palmas

II.I Levantamento de Mercado (na forma do artigo 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133, de 2021):

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Após a verificação do objeto demandando e dos requisitos da contratação (apresentados no item anterior) foi realizado o levantamento de mercado, foram considerados:

Ao consultar o sistema de compras do governo federal, é possível observar algumas formas distintas de modelar a contratação. Alguns órgãos/entidades, entendem necessário contratar serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, caracterizando-se como um serviço continuado, a exemplo do Tribunal de Contas do Paraná, outros estimam itens conforme tipo de peça que deverá ser substituída e/ou tipo de equipamentos que sofrerá intervenção.

Outros, adotam solução com itens específicos para manutenção preventiva, manutenção corretiva, peças, recargas de gás, instalação e desinstalação, porém sem discriminar pelo tipo e porte do aparelho (split, janela, quantidade de BTUS) e sem cotar previamente por tipo de peça a ser substituída/reparada.

Em geral, as contratações com dedicação exclusiva de mão de obra são mais dispendiosas, sendo mais comuns para órgãos/entidades com grande área construída ou quando possuem centrais de refrigeração mais robustas, como universidades, hospitais, etc.

Dentre as contratações com serviços sob demanda, aquelas com grande quantitativo de itens, que tentam prever e estimar os valores para todos os tipos de peças a ser substituídas, reparadas acabam se tornando muito complexas, dificultando inclusive a realização de estimativa de preços e com grandes chances de não estimar a substituição de peças específicas.

No caso concreto, a não previsão de item específico na contratação poderia impedir a realização de alguns serviços necessários, ou mesmo culminar na realização de serviço sem previsão contratual. Verifica-se que os órgãos, a exemplo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, comumente optam por estimar um valor a ser usado em caso de necessidade de troca de peças, já possuindo esse valor reservado para esse fim, não havendo necessidade de realizar nova licitação a cada troca/reposição de peças.

Diante da análise das alternativas apresentadas, conclui-se que a solução mais adequada para a Administração consiste na contratação de serviços sob demanda, contemplando manutenção preventiva e corretiva, com previsão de fornecimento de peças mediante valor



Câmara Municipal de Palmas

estimado, por se mostrar mais flexível, economicamente viável e compatível com a realidade dos equipamentos existentes.

Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

Em análise a contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública, verifica-se que a solução mais adotada para atendimento da presente demanda consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de equipamentos de ar-condicionado, contemplando ações preventivas e corretivas. Observa-se, ainda, que não há inovações relevantes no âmbito das contratações públicas para esse objeto, sendo este modelo amplamente utilizado e consolidado na Administração. A solução a ser contratada deverá abranger tanto o fornecimento de mão de obra especializada quanto o eventual fornecimento de materiais e peças necessárias, além da execução de serviços de manutenção, conforme a necessidade da Administração.

Relativo às manutenções, em razão da grande dificuldade em obter orçamentos, o que foi evidenciado pelo envio de 21 e-mails, dos quais apenas 4 obtiveram resposta, sendo que apenas 3 desses orçamentos contemplam a totalidade dos itens, há a possibilidade de os fornecedores não conseguirem atender à integralidade das demandas no município, o que poderia resultar em uma contratação deserta, principalmente o valor unitário não sendo atrativo.

Neste ponto, válido destacar que a empresa Lima e Martinasso Desenvolvimento Profissional, inscrita no CNPJ sob n.º 11.924.244/0001-87, realizou o envio de orçamento, entretanto, em razão desta não ter realizado a discriminação dos valores correspondentes as manutenções preventivas trimestrais e semestrais, considerou-se apenas o valor apresentado para as manutenções preventivas mensais, conforme observa-se da memória de cálculo em anexo.

Ademais, com relação ao PMOC, este requer que o profissional responsável seja formado em engenharia e/ou possua registro no órgão competente. Dessa forma, entende-se que a inclusão desse serviço em um lote conjunto com outras atividades poderia restringir a participação de empresas que se dedicam exclusivamente à manutenção e não contam com engenheiros em seu quadro de funcionários.

Considerando as justificativas apresentadas, conclui-se que a melhor solução é dividir a contratação em dois lotes, o primeiro contemplando o PMOC e o segundo a totalidade de



Câmara Municipal de Palmas

serviços de manutenção preventiva e corretiva, aumentando a possibilidade de empresas participantes e mantendo um valor atrativo. Quanto a manutenções corretivas que ensejar a troca de peças, estas serão pagas por meio de item único que não será objeto de lances, sendo um valor estimado a ser pago somente na demanda de troca/reposição de peças, por meio de comprovação que o valor orçado pelo Contratado está de acordo com o preço praticado no mercado.

Justificativa para escolha dos fornecedores

A escolha dos fornecedores para o levantamento da estimativa de preços dos serviços à Câmara Municipal foi realizada com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), especialmente o Art. 23, incisos II, III e IV.

A formação da Cesta de Preços com base em, no mínimo, 3 (três) fornecedores, contratações similares feitas pela Administração Pública, é válida e em consonância com o Art. 23 da NLLC, seguindo o Enunciado do TCU Acórdão 1875/2021-Plenário.

Os respectivos orçamentos e a justificativa detalhada para escolha dos fornecedores, encontram-se no Apêndice I, deste Estudo, “Documento de Formalização da Pesquisa de Preços”.

II.II. Escolha da Solução (artigo 18, §1º, inciso V e VI da Lei nº 14.133, de 2021):

Considerando as justificativas apresentadas, conclui-se que a melhor solução é dividir a contratação em dois lotes, o primeiro contemplando o PMOC e o segundo a totalidade de serviços de manutenção preventiva e corretiva, aumentando a possibilidade de empresas participantes e mantendo um valor atrativo.

Quanto a manutenções corretivas que ensejar a troca de peças, estas serão pagas por meio de item único que não será objeto de lances, sendo um valor estimado a ser pago somente na demanda de troca/reposição de peças, por meio de comprovação que o valor orçado pelo Contratado está de acordo com o preço praticado no mercado.

III. DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA



Câmara Municipal de Palmas

III.I Descrição da Solução como um todo (na forma do artigo 18, §1º, inciso IV e VII da Lei nº 14.133, de 2021):

Uma solução é o conjunto de todos os elementos dos bens necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que ocasionou a contratação.

A solução para a demanda é a realização de manutenção preventiva e corretiva, instalação e fornecimento de equipamentos de condicionadores de ar e elaboração do PMOC.

São requisitos da presente contratação, por parte da contratada, os abaixo listados:

- a) Atender aos chamados em até 48 horas contados a partir do primeiro dia útil subsequente à abertura do mesmo.
- b) Proceder, quando for o caso, às Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs, às suas expensas, junto ao Conselho de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA-PR ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), mantendo-as atualizadas e em conformidade com a legislação pertinente.
- c) É de exclusiva responsabilidade da contratada a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, de acordo com as exigências normativas atinentes à matéria.
- d) Fornecer orçamento relativo a eventuais peças não cobertas pelos itens de manutenção corretiva, sendo que a contratante realizará pesquisa de mercado para averiguar da correspondência dos valores cotados com os valores de mercado.
- e) A Contratante, caso verifique que o valor orçado está acima do valor de mercado, poderá negociar o valor com a CONTRATADA ou adquirir as peças por meio de processo de contratação próprio para este fim.
- f) Zelar pela menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente à contratante e providenciar toda e qualquer sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço durante a execução dos serviços.
- g) Zelar pela limpeza e organização das áreas onde forem realizados os serviços, responsabilizando-se pela remoção de todo e qualquer entulho eventualmente produzido pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem custo adicional à contratante.



Câmara Municipal de Palmas

- h) Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da contratante, por culpa ou dolo de seus colaboradores, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, ou com reposição de bem similar ou superior, nas mesmas especificações, dentro de 15 (quinze) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade.
- i) Disponibilizar, sem custo adicional, todo o ferramental e equipamentos necessários para a execução dos serviços, tais como: bombas de vácuo, lavadora de alta pressão, transferidores de gás, anemômetros, termômetros eletrônicos, vacuômetros, medidores de ruído, equipamentos elétricos e hidráulicos, equipamentos de hardware e software e quaisquer outros que se façam necessários.
- j) Disponibilizar e fornecer, sem custo adicional, todos os materiais de consumo necessários para a execução dos serviços de manutenção, tais como: estopa, desengraxante, fitas adesivas, querosene, materiais de limpeza e quaisquer outros que se façam necessários.
- k) Retirar os ares condicionados que por motivos técnicos não puderem ser consertados e/ou regulados nos locais e uso, mediante prévia aprovação da contratante, ficando a contratada inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes durante a retirada, transporte, substituição de peças e reinstalação, sem qualquer custo adicional à contratante.
- l) A contratada deverá arcar com todos os custos e recursos para retirar e transportar os equipamentos defeituosos para o local da oficina, assim como para o retorno e recolocação em sua posição de origem, inclusive, disponibilizar, sem custo adicional, andaimes, escadas, cordas e quaisquer outros que se façam necessários.
- m) A manutenção deverá ser feita de acordo com as especificações do fabricante e normas técnicas vigentes, garantindo o correto funcionamento do equipamento, incluindo todos os serviços necessários, como a montagem, a conexão elétrica e a verificação de funcionamento junto ao fiscal do contrato, além de fornecer orientação ao cliente sobre o uso e manutenção adequados.

III.2. Peças de Reposição:



Câmara Municipal de Palmas

A Contratada deverá fornecer em reposição de peças, que se fizer necessário, o valor anual de até R\$3.000,00 para a Câmara Municipal de Palmas/PR. O custo da eventual prestação dos serviços de orçamento e troca das peças defeituosas estão incluídas no valor total do contrato. O pagamento das peças será feito pela Contratante seguindo o procedimento a seguir:

- a) A substituição ocorrerá sempre que as peças indicadas forem imprescindíveis à prestação dos serviços;
- b) Detectada a necessidade de substituição de alguma peça, a Contratada deverá apresentar, para validação do Contratante, sua proposta de preços. De posse dessa proposta, o Contratante efetuará pesquisa de preços, com, no mínimo, outras 2 (duas) empresas do ramo, a fim de certificar-se de que a proposta apresentada pela Contratada esteja de acordo com o preço de mercado.
- c) A Contratada apresentará orçamento detalhado das peças a serem trocadas. Caso haja apenas fornecedor único (tabela de fabricante do componente), deverá ser informado por escrito junto com o orçamento.
- d) A Contratante autorizará à Contratada a troca da peça com base no valor médio, obtido por meio dos 3 orçamentos realizados (dois obtidos pela Contratante e um obtido pela Contratada).
- e) A efetiva instalação de peças, componentes ou acessórios nos equipamentos somente poderá ser efetuada mediante autorização por escrito (ou e-mail) do Contratante.
- f) As peças, componentes e acessórios danificados deverão ser substituídos por peças novas, originais e genuínas, e as substituídas deverão ser entregues ao funcionário do Contratante responsável pela fiscalização dos serviços para a devida prestação de contas. As peças substituídas deverão possuir garantia de no mínimo 90 dias;
- g) Na hipótese de a instalação da peça, componente ou acessório ser realizado de maneira inadequada, deverá a Contratada providenciar sua imediata regularização, em até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante.



Câmara Municipal de Palmas

III.III. Das Estimativas de Quantidades e Valores:

III.III.I. Descritivo dos equipamentos existentes:

- a) 04 aparelhos 9.000 BTU/h, marca Agratto;
- b) 02 aparelhos 12.000 BTU/h, marca Consul;
- c) 01 aparelho 30.000 BTU/h, marca Midea;
- d) 02 aparelhos 60.000 BTU/h, marca Coolix.

III.III.II. Estimativa dos serviços a serem contratados:

Serão necessários para a presente contratação os serviços dos itens abaixo relacionado, de acordo aos seguintes quantitativos estimados:

LOTE 1 - ELABORAÇÃO DO PMOC			
Item	Unid.	Qnt.	Descrição
01	Svç	01	Elaboração de PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle, por profissional tecnicamente habilitado, nos termos da Lei Federal nº 13.589/2018, regulamentada pela Resolução da Anvisa RE 9/03, pela Portaria n.3.523/98 do Ministério da Saúde e Resolução nº 68/2019 do Conselho Federal dos técnicos industriais, atendendo-se às normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas aplicáveis.

LOTE 2 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO			
Item	Unid.	Qnt.	Descrição
01	Svç	48	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs, sendo: Lavar, secar o filtro de ar; testes de acionamento para ciclo de refrigeração e aquecimento; medir tensão de operação; medir corrente de operação; verificar controle remoto; verificar dreno e bandeja coletora de condensados.
02	Svç	16	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs, sendo: Lavar, secar o filtro de ar; testes de acionamento para ciclo de refrigeração e aquecimento; medir tensão de operação; medir corrente de operação; verificar controle remoto; verificar dreno e bandeja



Câmara Municipal de Palmas

			coletora de condensados.
03	Svç	08	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs, sendo: Lavar, secar o filtro de ar; testes de acionamento para ciclo de refrigeração e aquecimento; medir tensão de operação; medir corrente de operação; verificar controle remoto; verificar dreno e bandeja coletora de condensados.
04	Svç	16	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTUs, sendo: Lavar, secar o filtro de ar; testes de acionamento para ciclo de refrigeração e aquecimento; medir tensão de operação; medir corrente de operação; verificar controle remoto; verificar dreno e bandeja coletora de condensados.
05	Svç	18	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA TRIMESTRAL nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs, sendo: Limpeza do gabinete e bandeja coletora de condensados do evaporador; verificar posicionamento, fixação, balanceamento e sujidade da hélice ou turbina; fazer limpeza do gabinete do condensador. Medir pressão da linha de sucção; medir pressão da linha de líquido; medir diferencial de temperatura; efetuar reaperto de conexões elétricas.
06	Svç	06	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA TRIMESTRAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs, sendo: Limpeza do gabinete e bandeja coletora de condensados do evaporador; verificar posicionamento, fixação, balanceamento e sujidade da hélice ou turbina; fazer limpeza do gabinete do condensador. Medir pressão da linha de sucção; medir pressão da linha de líquido; medir diferencial de temperatura; efetuar reaperto de conexões elétricas.
07	Svç	03	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA TRIMESTRAL no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs, sendo: Limpeza do gabinete e bandeja coletora de condensados do evaporador; verificar posicionamento, fixação, balanceamento e sujidade da hélice ou turbina; fazer limpeza do gabinete do condensador. Medir pressão da linha de sucção; medir pressão da linha de líquido; medir diferencial de temperatura; efetuar reaperto de conexões elétricas.
08	Svç	06	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA TRIMESTRAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTUs, sendo: Limpeza do gabinete e bandeja coletora de condensados do evaporador; verificar posicionamento, fixação, balanceamento e sujidade da hélice ou turbina; fazer limpeza do gabinete do condensador. Medir pressão da linha de sucção; medir pressão da linha de líquido; medir diferencial de temperatura; efetuar reaperto de conexões elétricas.
09	Svç	12	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs, sendo: Inspeção geral elétrica e frigorígena da instalação do equipamento; verificar conservação, danos e corrosão do gabinete; verificar amortecedores de vibrações e ruídos anormais; fazer limpeza da serpentina do evaporador; fazer limpeza da serpentina do condensador; verificar isolamentos acústicos, término e vedações; verificar e eliminar sujeiras, odores desagradáveis e fontes de geração de microrganismos.
10	Svç	04	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs, sendo: Inspeção geral elétrica e frigorígena da instalação do equipamento; verificar conservação, danos e corrosão do gabinete; verificar amortecedores de vibrações e ruídos anormais; fazer limpeza da serpentina do evaporador; fazer limpeza da serpentina do condensador; verificar isolamentos acústicos, término e vedações; verificar e eliminar sujeiras, odores desagradáveis e fontes de geração de microrganismos.



Câmara Municipal de Palmas

11	Svç	02	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs, sendo: Inspeção geral elétrica e frigorígena da instalação do equipamento; verificar conservação, danos e corrosão do gabinete; verificar amortecedores de vibrações e ruídos anormais; fazer limpeza da serpentina do evaporador; fazer limpeza da serpentina do condensador; verificar isolamentos acústicos, término e vedações; verificar e eliminar sujeiras, odores desagradáveis e fontes de geração de microrganismos.
12	Svç	04	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTUs, sendo: Inspeção geral elétrica e frigorígena da instalação do equipamento; verificar conservação, danos e corrosão do gabinete; verificar amortecedores de vibrações e ruídos anormais; fazer limpeza da serpentina do evaporador; fazer limpeza da serpentina do condensador; verificar isolamentos acústicos, término e vedações; verificar e eliminar sujeiras, odores desagradáveis e fontes de geração de microrganismos.
13	Svç	06	Serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTU/h, incluindo mão de obra, montagem e desmontagem, materiais de solda e, peças de consumo básico (porcas e parafusos);
14	Svç	02	Serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTU/h, incluindo mão de obra, montagem e desmontagem, materiais de solda e, peças de consumo básico (porcas e parafusos);
15	Svç	01	Serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTU/h, incluindo mão de obra, montagem e desmontagem, materiais de solda e, peças de consumo básico (porcas e parafusos);
16	Svç	02	Serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTU/h, incluindo mão de obra, montagem e desmontagem, materiais de solda e, peças de consumo básico (porcas e parafusos);
17	Svç	06	Carga de gás para aparelho de ar condicionado de 9.000 BTUs
18	Svç	02	Carga de gás para aparelho de ar condicionado de 12.000 BTUs
19	Svç	01	Carga de gás para aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs
20	Svç	02	Carga de gás para aparelho de ar condicionado de 60.000 BTUs
21	Svç	01	Peças para reposição. Item genérico de valor estimado para aquisição de peças de reposição não cobertas no valor da manutenção corretiva. (Esse item não deverá ser objeto de lance, devendo a proposta manter o valor originário da contratação)

a) As quantidades (mensal, trimestral e semestral), foram estipuladas através do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), anexo ao Termo de Referência, reservando à Contratante o direito de não utilizá-las, as quantidades, em sua totalidade durante a vigência contratual, sendo que a sua não utilização não confere à Contratada quaisquer direitos, seja de que natureza for.



Câmara Municipal de Palmas

- b) A cotação de peças em um “único item genérico” deve-se à dificuldade de se fazer a cotação individual por peça necessária a cada reparo, devido à variedade de marcas, modelos e capacidade diferentes de equipamentos de ar condicionado.
- c) Não estão inclusas nos itens referentes às manutenções corretivas as seguintes peças e materiais de reposição: compressores, ventiladores, placas eletrônicas e demais peças não listadas na tabela.
- d) Na realização dos serviços relativos às manutenções corretiva, caso se constate avaria de peças ou materiais de reposição do equipamento que não estejam inclusos na relação do item, sendo sua aquisição de responsabilidade da Contratante, ou caso se constate a inutilização permanente do equipamento, deverá a Contratada emitir Parecer Técnico atestando o fato e detalhando as especificações permanente do equipamento, sem fazer jus a pagamento adicional.
- e) As manutenções preventivas e corretivas devem seguir periodicidade indicada pelo PMOC;
- f) Quanto ao valor estipulado para a reposição de peças, utilizou-se como parâmetro o valor observado em contratação pública anterior, notadamente o Pregão Eletrônica n.º 04/2025, que considerou o valor de R\$ 3.000,00 para um total de 11 aparelhos. Portanto, considerou-se o referido valor suficiente e razoável para a presente contratação, visto que não houve um aumento ou diminuição na quantidade de aparelhos.

MÉDIA DE VALORES APURADOS NA PESQUISA DE PREÇOS

III.IV Estimativa do Valor da Contratação (na forma do artigo 18, §1º, inciso VI da Lei nº 14.133, de 2021):

O valor previamente estimado da contratação é compatível com os valores praticados pelo mercado considerando cotações com fornecedores, contratações similares feitas pela Administração Pública conforme o art. 23, da Lei 14.133/2021.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterà: inciso V método estatístico aplicado para a definição do valor estimado.



Câmara Municipal de Palmas

Após o cálculo da mediana chegou-se ao preço estimado da contratação de **R\$37.989,00 (trinta e sete mil, novecentos e oitenta e nove reais).**

Os preços unitários podem ser conferidos na tabela abaixo:

LOTE 1 - ELABORAÇÃO DO PMOC					
Item	Unid.	Qnt.	Descrição	Valor Unit. (R\$)	Total por item (R\$)
01	Svç	01	Elaboração de PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle, por profissional tecnicamente habilitado, nos termos da Lei Federal nº 13.589/2018, regulamentada pela Resolução da Anvisa RE 9/03, pela Portaria n.3.523/98 do Ministério da Saúde e Resolução nº 68/2019 do Conselho Federal dos técnicos industriais, atendendo-se às normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas aplicáveis.	600,00	600,00
VALOR TOTAL				R\$ 600,00	

LOTE 2 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO					
Item	Unid.	Qnt.	Descrição	Valor Unit.	Total por item
01	Svç.	48	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs, sendo: Lavar, secar o filtro de ar; testes de acionamento para ciclo de refrigeração e aquecimento; medir tensão de operação; medir corrente de operação; verificar controle remoto; verificar dreno e bandeja coletora de condensados.	R\$ 152,90	R\$ 7.339,20
02	Svç.	16	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs, sendo: Lavar, secar o filtro de ar; testes de acionamento para ciclo de refrigeração e aquecimento; medir tensão de operação; medir corrente de operação; verificar controle remoto; verificar dreno e bandeja coletora de condensados.	R\$ 168,58	R\$ 2.697,28



Câmara Municipal de Palmas

03	Svç.	08	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs, sendo: Lavar, secar o filtro de ar; testes de acionamento para ciclo de refrigeração e aquecimento; medir tensão de operação; medir corrente de operação; verificar controle remoto; verificar dreno e bandeja coletora de condensados.	R\$ 241,44	R\$ 1.931,52
04	Svç.	16	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTUs, sendo: Lavar, secar o filtro de ar; testes de acionamento para ciclo de refrigeração e aquecimento; medir tensão de operação; medir corrente de operação; verificar controle remoto; verificar dreno e bandeja coletora de condensados.	R\$ 110,00	R\$ 1.760,00
05	Svç.	18	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA TRIMESTRAL nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs, sendo: Limpeza do gabinete e bandeja coletora de condensados do evaporador; verificar posicionamento, fixação, balanceamento e sujidade da hélice ou turbina; fazer limpeza do gabinete do condensador. Medir pressão da linha de sucção; medir pressão da linha de líquido; medir diferencial de temperatura; efetuar reaperto de conexões elétricas.	R\$ 165,00	R\$ 2.970,00
06	Svç.	06	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA TRIMESTRAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs, sendo: Limpeza do gabinete e bandeja coletora de condensados do evaporador; verificar posicionamento, fixação, balanceamento e sujidade da hélice ou turbina; fazer limpeza do gabinete do condensador. Medir pressão da linha de sucção; medir pressão da linha de líquido; medir diferencial de temperatura; efetuar reaperto de conexões elétricas.	R\$ 165,00	R\$ 990,00
07	Svç.	03	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA TRIMESTRAL no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs, sendo: Limpeza do gabinete e bandeja coletora de condensados do evaporador; verificar posicionamento, fixação, balanceamento e sujidade da hélice ou turbina; fazer limpeza do gabinete do condensador. Medir pressão da linha de sucção; medir pressão da linha de líquido; medir diferencial de temperatura; efetuar reaperto de conexões elétricas.	R\$ 240,00	R\$ 720,00
08	Svç.	06	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA	R\$ 285,00	R\$ 1.710,00



Câmara Municipal de Palmas

			TRIMESTRAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTUs, sendo: Limpeza do gabinete e bandeja coletora de condensados do evaporador; verificar posicionamento, fixação, balanceamento e sujidade da hélice ou turbina; fazer limpeza do gabinete do condensador. Medir pressão da linha de sucção; medir pressão da linha de líquido; medir diferencial de temperatura; efetuar reaperto de conexões elétricas.		
09	Svç.	12	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs, sendo: Inspeção geral elétrica e frigorígena da instalação do equipamento; verificar conservação, danos e corrosão do gabinete; verificar amortecedores de vibrações e ruídos anormais; fazer limpeza da serpentina do evaporador; fazer limpeza da serpentina do condensador; verificar isolamentos acústicos, término e vedações; verificar e eliminar sujeiras, odores desagradáveis e fontes de geração de microrganismos.	R\$ 230,00	R\$ 2.760,00
10	Svç.	04	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs, sendo: Inspeção geral elétrica e frigorígena da instalação do equipamento; verificar conservação, danos e corrosão do gabinete; verificar amortecedores de vibrações e ruídos anormais; fazer limpeza da serpentina do evaporador; fazer limpeza da serpentina do condensador; verificar isolamentos acústicos, término e vedações; verificar e eliminar sujeiras, odores desagradáveis e fontes de geração de microrganismos.	R\$ 264,00	R\$ 1.056,00
11	Svç.	02	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs, sendo: Inspeção geral elétrica e frigorígena da instalação do equipamento; verificar conservação, danos e corrosão do gabinete; verificar amortecedores de vibrações e ruídos anormais; fazer limpeza da serpentina do evaporador; fazer limpeza da serpentina do condensador; verificar isolamentos acústicos, término e vedações; verificar e eliminar sujeiras, odores desagradáveis e fontes de geração de microrganismos.	R\$ 267,50	R\$ 535,00
12	Svç.	04	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTUs, sendo: Inspeção geral elétrica e frigorígena da instalação do equipamento; verificar conservação, danos e	R\$ 325,00	R\$ 1.300,00



Câmara Municipal de Palmas

			corrosão do gabinete; verificar amortecedores de vibrações e ruídos anormais; fazer limpeza da serpentina do evaporador; fazer limpeza da serpentina do condensador; verificar isolamentos acústicos, término e vedações; verificar e eliminar sujeiras, odores desagradáveis e fontes de geração de microrganismos.		
13	Svç.	06	Serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTU/h, incluindo mão de obra, montagem e desmontagem, materiais de solda e, peças de consumo básico (porcas e parafusos);	R\$ 335,00	R\$ 2.010,00
14	Svç.	02	Serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTU/h, incluindo mão de obra, montagem e desmontagem, materiais de solda e, peças de consumo básico (porcas e parafusos);	R\$ 350,00	R\$ 700,00
15	Svç.	01	Serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTU/h, incluindo mão de obra, montagem e desmontagem, materiais de solda e, peças de consumo básico (porcas e parafusos);	R\$ 520,00	R\$ 520,00
16	Svç.	02	Serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTU/h, incluindo mão de obra, montagem e desmontagem, materiais de solda e, peças de consumo básico (porcas e parafusos);	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
17	Svç.	06	Carga de gás para aparelho de ar condicionado de 9.000 BTUs	R\$ 290,00	R\$ 1.740,00
18	Svç.	02	Carga de gás para aparelho de ar condicionado de 12.000 BTUs	R\$ 345,00	R\$ 690,00
19	Svç.	01	Carga de gás para aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs	R\$ 300,00	R\$ 300,00
20	Svç.	02	Carga de gás para aparelho de ar condicionado de 60.000 BTUs	R\$ 550,00	R\$ 1.100,00
21	Svç.	01	Peças para reposição. Item genérico de valor estimado para aquisição de peças de reposição não cobertas no valor da manutenção corretiva. (Esse item não deverá ser objeto de lance, devendo a proposta manter o valor originário da contratação)	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Valor Total					R\$ 37.389,00



Câmara Municipal de Palmas

As memórias de cálculo, preços referenciais, métodos estatísticos estão pormenorizadas do Documento de Formalização de Pesquisa de Preço, anexo a este Estudo.

III.IV. Justificativas para o Parcelamento, ou Não, da Contratação (na forma do artigo 18, §1º, inciso VIII da Lei nº 14.133, de 2021):

Em razão da grande dificuldade em obter orçamentos, o que foi evidenciado pelo envio de 21 e-mails, dos quais apenas 4 obtiveram resposta, sendo que apenas 3 retornaram com o orçamento e 1 deixou de enviá-lo, em razão de não ser atuante na região em que se localiza o município. O mesmo ocorreu para a obtenção de orçamentos referentes à elaboração do PMOC, onde foram enviados 11 e-mails e obtido apenas 4 respostas.

Nesse sentido, há a possibilidade de os fornecedores não conseguirem atender à integralidade das demandas no município, o que poderia resultar em uma contratação deserta, principalmente o valor unitário não sendo atrativo.

Desse modo, entende-se que a melhor alternativa seria dividir a contratação em 02 lotes.

Lote 01 - Elaboração do PMOC

Justificativa: A elaboração do PMOC requer que o profissional responsável seja formado em engenharia e/ou possua registro no órgão competente. Dessa forma, entende-se que a inclusão desse serviço em um lote conjunto com outras atividades poderia restringir a participação de empresas que se dedicam exclusivamente à manutenção e não contam com engenheiros em seu quadro de funcionários.

Lote 02 - Manutenções e instalações

Justificativa: Concentrar todos os serviços de instalação e manutenção em uma única empresa permite a padronização das atividades, uma vez que essa empresa terá conhecimento detalhado da estrutura de todos os equipamentos, tendo sido responsável por sua instalação anterior. Além disso, essa centralização facilita a fiscalização do contrato, tornando o trabalho dos fiscais mais eficiente e otimizado.

IV. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes (na forma do artigo 18, § 1º, inciso XI



Câmara Municipal de Palmas

da Lei nº 14.133, de 2021):

Conclui-se que não há contratações interdependentes obrigatórias para viabilizar o objeto. Ressalta-se que a presente contratação não está condicionada à formalização simultânea de outro ajuste contratual para sua plena execução, podendo ser realizada de forma independente, conforme a necessidade administrativa.

V. Resultados Pretendidos (na forma do artigo 18, § 1º, inciso IX da Lei nº 14.133, de 2021):

O processo licitatório desenhado no presente Estudo visa proporcionar um serviço técnico especializado, com foco na preservação da qualidade do ambiente interno da Câmara Municipal. Ao optar pela modalidade de pregão com registro de preços, a Administração garante maior flexibilidade e eficiência na contratação, uma vez que não está obrigada a adquirir todo o quantitativo licitado, o que resulta em economia para o orçamento público. Essa abordagem proporciona também a possibilidade de ajustes conforme a necessidade real, evitando desperdícios e atendendo de forma otimizada às demandas da instituição.

Além disso, a execução desse processo licitatório está diretamente alinhada a um dos Objetivos Estratégicos da Câmara Municipal: “promover a manutenção, o desenvolvimento e a atualização tecnológica dos seus ambientes, incorporando práticas de acessibilidade e sustentabilidade”. A aquisição e manutenção adequadas dos sistemas de climatização contribuem para um ambiente mais confortável, seguro e eficiente, tanto para os servidores quanto para os cidadãos que utilizam os serviços da Câmara. Essa iniciativa reflete o compromisso da instituição com a melhoria das condições de trabalho e o bem-estar de todos, assegurando que a infraestrutura atenda aos mais altos padrões de qualidade e sustentabilidade.

VI- Providências a serem Adotadas (na forma do artigo 18, § 1º, inciso X da Lei nº 14.133, de 2021):

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do Pregão Eletrônico, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Para que os serviços sejam realizados a contento com o esperado por esta Administração não se fazem necessárias adequações no ambiente deste órgão.



Câmara Municipal de Palmas

VII. Possíveis Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras (na forma do artigo 18, § 1º, inciso XII da Lei nº 14.133, de 2021):

Os serviços de manutenção corretiva e preventiva nos sistemas de climatização e aparelhos condicionadores de ar podem apresentar impactos ambientais significativos. Dentre os principais impactos identificados, destacam-se:

1) Emissões de gases de efeito estufa: Durante o procedimento de manutenção, existe o risco de vazamento de gases refrigerantes utilizados nos equipamentos de climatização. Esses gases, pertencentes à família do R-22 e seus derivados, são nocivos para a camada de ozônio e contribuem para o aquecimento global. Medidas mitigadoras devem ser adotadas para evitar vazamentos, como a verificação regular das tubulações, a aplicação de técnicas adequadas de vedação e a utilização de gases refrigerantes de baixo potencial de aquecimento global.

2) Consumo excessivo de energia: A falta de manutenção adequada nos sistemas de climatização pode resultar em sistemas bloqueados, sujos ou com alto consumo elétrico. Isso acarreta um dispêndio de energia acentuado, quando comparada a sistemas novos ou devidamente mantidos. Para mitigar esse impacto, é necessário estabelecer requisitos de baixo consumo de energia como critério, incentivando o uso de equipamentos eficientes e a adoção de práticas de manutenção que visem à eficiência energética.

3) Geração de resíduos e refugos: Durante a manutenção dos sistemas de climatização, podem ser gerados resíduos, como peças substituídas, filtros usados e outros componentes descartados. Se não forem tratados adequadamente, esses resíduos podem causar impactos ambientais negativos. Para minimizar esse impacto, a empresa contratada deve implementar um sistema de logística reversa para a coleta e destinação adequada dos resíduos gerados durante a manutenção. Isso pode envolver a separação e reciclagem dos materiais, quando possível, e o descarte adequado dos resíduos não recicláveis, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Com a implementação dessas adequações, busca minimizar os impactos ambientais associados aos serviços de manutenção de climatização, promovendo a eficiência energética e a



Câmara Municipal de Palmas

redução de emissões de gases de efeito estufa.

VIII. Posicionamento Conclusivo (na forma do art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021):

O posicionamento é favorável à contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos de ar condicionado, incluindo a elaboração do PMOC, instalação e fornecimento de aparelhos condicionadores de ar, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Palmas – Paraná.

IX. DA CONCLUSÃO

Por todo exposto, conclui-se que a presente contratação é necessária para o atendimento do interesse público. Declara-se a viabilidade da contratação.



Câmara Municipal de Palmas

I. ASSINATURA(S) DO(S) MEMBRO(S) DA EQUIPE RESPONSÁVEL OU DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Gilmar Stahlschmidt de Moura Junior
Agente de Contratação



Câmara Municipal de Palmas

ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 08/2026

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Trata-se de processo licitatório para eventual e futura contratação de empresa especializada na elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), bem como na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, além do fornecimento de peças e insumos para ar-condicionado, a fim de atender às necessidades da Câmara Municipal de Palmas/PR, conforme quantidades e exigências dispostas abaixo:

LOTE 1 - ELABORAÇÃO DO PMOC					
Item	Unid.	Qnt.	Descrição	Valor Unit. (R\$)	Total por item (R\$)
01	Svç	01	Elaboração de PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle, por profissional tecnicamente habilitado, nos termos da Lei Federal nº 13.589/2018, regulamentada pela Resolução da Anvisa RE 9/03, pela Portaria n.3.523/98 do Ministério da Saúde e Resolução nº 68/2019 do Conselho Federal dos técnicos industriais, atendendo-se às normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas aplicáveis.	600,00	600,00
VALOR TOTAL				R\$ 600,00	

LOTE 2 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO					
Item	Unid.	Qnt.	Descrição	Valor Unit.	Total por item
01	Svç.	48	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs, sendo: Lavar, secar o filtro de ar; testes de acionamento para ciclo de refrigeração e aquecimento; medir tensão de operação; medir corrente de operação; verificar controle remoto; verificar dreno e bandeja coletora de condensados.	R\$ 152,90	R\$ 7.339,20
02	Svç.	16	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA	R\$ 168,58	R\$ 2.697,28



Câmara Municipal de Palmas

			MENSAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs, sendo: Lavar, secar o filtro de ar; testes de acionamento para ciclo de refrigeração e aquecimento; medir tensão de operação; medir corrente de operação; verificar controle remoto; verificar dreno e bandeja coletora de condensados.		
03	Svç.	08	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs, sendo: Lavar, secar o filtro de ar; testes de acionamento para ciclo de refrigeração e aquecimento; medir tensão de operação; medir corrente de operação; verificar controle remoto; verificar dreno e bandeja coletora de condensados.	R\$ 241,44	R\$ 1.931,52
04	Svç.	16	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTUs, sendo: Lavar, secar o filtro de ar; testes de acionamento para ciclo de refrigeração e aquecimento; medir tensão de operação; medir corrente de operação; verificar controle remoto; verificar dreno e bandeja coletora de condensados.	R\$ 110,00	R\$ 1.760,00
05	Svç.	18	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA TRIMESTRAL nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs, sendo: Limpeza do gabinete e bandeja coletora de condensados do evaporador; verificar posicionamento, fixação, balanceamento e sujidade da hélice ou turbina; fazer limpeza do gabinete do condensador. Medir pressão da linha de sucção; medir pressão da linha de líquido; medir diferencial de temperatura; efetuar reaperto de conexões elétricas.	R\$ 165,00	R\$ 2.970,00
06	Svç.	06	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA TRIMESTRAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs, sendo: Limpeza do gabinete e bandeja coletora de condensados do evaporador; verificar posicionamento, fixação, balanceamento e sujidade da hélice ou turbina; fazer limpeza do gabinete do condensador. Medir pressão da linha de sucção; medir pressão da linha de líquido; medir diferencial de temperatura; efetuar reaperto de conexões elétricas.	R\$ 165,00	R\$ 990,00
07	Svç.	03	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA TRIMESTRAL no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs, sendo: Limpeza do gabinete e bandeja coletora de condensados do evaporador; verificar posicionamento, fixação,	R\$ 240,00	R\$ 720,00



Câmara Municipal de Palmas

			balanceamento e sujidade da hélice ou turbina; fazer limpeza do gabinete do condensador. Medir pressão da linha de sucção; medir pressão da linha de líquido; medir diferencial de temperatura; efetuar reaperto de conexões elétricas.		
08	Svç.	06	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA TRIMESTRAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTUs, sendo: Limpeza do gabinete e bandeja coletora de condensados do evaporador; verificar posicionamento, fixação, balanceamento e sujidade da hélice ou turbina; fazer limpeza do gabinete do condensador. Medir pressão da linha de sucção; medir pressão da linha de líquido; medir diferencial de temperatura; efetuar reaperto de conexões elétricas.	R\$ 285,00	R\$ 1.710,00
09	Svç.	12	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs, sendo: Inspeção geral elétrica e frigorígena da instalação do equipamento; verificar conservação, danos e corrosão do gabinete; verificar amortecedores de vibrações e ruídos anormais; fazer limpeza da serpentina do evaporador; fazer limpeza da serpentina do condensador; verificar isolamentos acústicos, término e vedações; verificar e eliminar sujeiras, odores desagradáveis e fontes de geração de microrganismos.	R\$ 230,00	R\$ 2.760,00
10	Svç.	04	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs, sendo: Inspeção geral elétrica e frigorígena da instalação do equipamento; verificar conservação, danos e corrosão do gabinete; verificar amortecedores de vibrações e ruídos anormais; fazer limpeza da serpentina do evaporador; fazer limpeza da serpentina do condensador; verificar isolamentos acústicos, término e vedações; verificar e eliminar sujeiras, odores desagradáveis e fontes de geração de microrganismos.	R\$ 264,00	R\$ 1.056,00
11	Svç.	02	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs, sendo: Inspeção geral elétrica e frigorígena da instalação do equipamento; verificar conservação, danos e corrosão do gabinete; verificar amortecedores de vibrações e ruídos anormais; fazer limpeza da serpentina do evaporador; fazer limpeza da serpentina do condensador; verificar isolamentos acústicos, término e vedações; verificar e eliminar sujeiras,	R\$ 267,50	R\$ 535,00



Câmara Municipal de Palmas

			odores desagradáveis e fontes de geração de microrganismos.		
12	Svç.	04	Serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTUs, sendo: Inspeção geral elétrica e frigorígena da instalação do equipamento; verificar conservação, danos e corrosão do gabinete; verificar amortecedores de vibrações e ruídos anormais; fazer limpeza da serpentina do evaporador; fazer limpeza da serpentina do condensador; verificar isolamentos acústicos, término e vedações; verificar e eliminar sujeiras, odores desagradáveis e fontes de geração de microrganismos.	R\$ 325,00	R\$ 1.300,00
13	Svç.	06	Serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTU/h, incluindo mão de obra, montagem e desmontagem, materiais de solda e, peças de consumo básico (porcas e parafusos);	R\$ 335,00	R\$ 2.010,00
14	Svç.	02	Serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTU/h, incluindo mão de obra, montagem e desmontagem, materiais de solda e, peças de consumo básico (porcas e parafusos);	R\$ 350,00	R\$ 700,00
15	Svç.	01	Serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTU/h, incluindo mão de obra, montagem e desmontagem, materiais de solda e, peças de consumo básico (porcas e parafusos);	R\$ 520,00	R\$ 520,00
16	Svç.	02	Serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTU/h, incluindo mão de obra, montagem e desmontagem, materiais de solda e, peças de consumo básico (porcas e parafusos);	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
17	Svç.	06	Carga de gás para aparelho de ar condicionado de 9.000 BTUs	R\$ 290,00	R\$ 1.740,00
18	Svç.	02	Carga de gás para aparelho de ar condicionado de 12.000 BTUs	R\$ 345,00	R\$ 690,00
19	Svç.	01	Carga de gás para aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs	R\$ 300,00	R\$ 300,00
20	Svç.	02	Carga de gás para aparelho de ar condicionado de 60.000 BTUs	R\$ 550,00	R\$ 1.100,00
21	Svç.	01	Peças para reposição. Item genérico de valor estimado para aquisição de peças de reposição não cobertas no valor da manutenção corretiva. (Esse item não deverá ser objeto de lance,	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00



Câmara Municipal de Palmas

			devendo a proposta manter o valor originário da contratação)		
Valor Total					R\$ 37.389,00

1.2. A licitação conforme tabela acima será dividida em dois lotes, sendo facultado ao licitante a participação no lote de seu interesse.

1.3. O licitante deverá apresentar proposta para todos os itens que compõem o lote em que estiver participando.

1.4. A quantidade a ser adquirida conforme tabela acima é meramente estimativa, foi baseada em virtude da necessidade de contratação estimada do órgão e da previsão de manutenção disposto no Plano de Manutenção, Operação e Controle.

1.5. Reserva-se à Contratante o direito de não utilizá-las em sua totalidade durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sendo que a sua não utilização não confere à Contratada quaisquer direitos, seja de que natureza for.

1.6. Os objetos e serviços a serem adquiridos nesse processo enquadra-se na categoria bens e serviços comuns, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

1.7. A opção pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resulta vantagens à Administração, reduzindo a quantidade de licitações, por registrar preços e disponibilizá-los por um ano, em Ata, para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos. Assim enquadra-se na Lei 14.133/21, artigo 6º, inciso XLV, abaixo:

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

1.8. O ordenamento das propostas será pelo tipo menor preço por lote, que se constituirá no critério de seleção da proposta mais vantajosa utilizado para compras de modo geral e para contratação de bens e serviços.



Câmara Municipal de Palmas

1.9. A Ata de Registros de Preços gerada tem características para futura contratação, e terá vigência de 12 meses, sendo prorrogável por igual período, nos termos do Artigo 84, Lei 14.133/21, a contar da publicação do seu extrato.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DO BENS

2.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. DO CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 37.989,00** (*trinta e sete mil, novecentos e oitenta e nove reais*), conforme custos unitários anexo ao Estudo Técnico Preliminar.

3.2. Neste processo foram utilizados e localizados valores de acordo com os parâmetros do artigo 23 da Lei 14.33/21, incisos II e IV, sendo realizados através de contratações similares feitas pela Administração Pública em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, pesquisas diretas com fornecedores e sites eletrônicos especializados.

3.3. Cada item conta com no mínimo três valores, apurando-se a partir daí a mediana, conforme recomendação do TCU e atendendo a regra do art. 6º, XXIII, alínea “i”, da Lei de Licitações, houve diversificação da base de pesquisa, certificando-se de que os preços obtidos correspondem aos praticados no mercado, compondo a cesta de preços.

4. LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP

4.1. Para o presente processo licitatório, aplica-se o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresa de pequeno porte, em cumprimento a Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, alterada para a Lei Complementar nº 147/2014 de 07 de agosto de 2014.

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A Fundamentação da Contratação e a justificativa de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, com base na Lei Federal



Câmara Municipal de Palmas

14.133/21, na Instrução Normativa Nº 67 de 2021, no Decreto Municipal nº4.268/2024, e no Decreto Legislativo Municipal nº 02/2024, de 28 de fevereiro de 2024.

5.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual. <https://www.camarapalmas.pr.gov.br/imprensa/licitacoes/Plano-de-Contratacoes-Anuais/1/0/1292>.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, prorrogáveis contados a partir da assinatura do contrato, conforme arts. 105 e 106 da Lei 14.133/2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

7.1. A descrição da solução, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7.2. As dúvidas relativas às especificações do objeto poderão ser dirimidas pelos licitantes, pessoalmente no seguinte endereço: Avenida Clevelândia, 591, Centro, Palmas – Paraná, ou pelo telefone (46) 3262-1509, no horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 11:30h e 13:00h às 17:30h.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Os requisitos da contratação, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. Condições de Entrega:

10.1.1. Os materiais e insumos deverão ser entregue de forma parcelada, nos quantitativos indicados, conforme a necessidade da Contratante, em até 10 dias consecutivos, contados da assinatura da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço ou outro instrumento equivalente, sob pena de aplicação das sanções previstas no Termo de Referência. Relativo aos serviços, estes deverão ter o chamado atendido em até 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à abertura do mesmo. Quanto ao Plano de Manutenção, Operação e Controle o prazo será de 15 (quinze) dias consecutivos contados da assinatura Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço ou outro instrumento equivalente.

10.1.2. Caso não seja possível a entrega no prazo acima, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de



Câmara Municipal de Palmas

prorrogação seja analisado e aceito ou não pela Contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

10.1.3. A empresa deverá fazer a entrega do objeto e a prestar os serviços no seguinte endereço: Avenida Clevelândia, 591, Centro, Palmas – Paraná, em dias de expediente compreendidas de segunda-feira a sexta-feira, no período entre 08:00 às 11:30h e 13:00 às 17:30h.

10.1.4. O objeto será recebido de acordo com as quantidades requeridas, características e condições estabelecidas.

10.1.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

10.1.6. A empresa contratada para a realização dos serviços de manutenção deverá registrar, de forma detalhada, todas as intervenções executadas no Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), vigente e do que será realizado futuramente, assegurando a rastreabilidade das atividades realizadas. Além disso, deverá proceder à devida assinatura e identificação do responsável técnico em cada registro, atestando a execução dos serviços, em conformidade com as normas técnicas e exigências legais aplicáveis.

10.2. Das Normas aplicáveis à Execução do Objeto

10.2.1. Os materiais empregados e os serviços executados deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, em especial às dos órgãos e entidades abaixo:

- a) Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT
- b) Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO
- c) Ministério da Saúde
- d) Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

10.2.2. Portaria n.º 3523/GM de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, inclusive quanto ao Plano de Manutenção, Operação e Controle /PMOC - Lei nº 13.589/2018 - visando a preservação da qualidade do ar dos ambientes interiores e nos níveis definidos pelo Ministério da Saúde.

10.2.3. Norma NBR 14679, que trata de sistemas de condicionamento de ar e ventilação – execução de higienização



Câmara Municipal de Palmas

10.2.4. Norma NBR 13971 de 1997 – Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção programada.

10.2.5 NBR 16401 de 2008 - Instalações de ar-condicionado - Sistemas centrais e unitários.

10.2.6. Resolução RE 09/2003 da ANVISA.

10.3. Do detalhamento dos serviços

10.3.1. Da elaboração do PMOC

10.3.1.2. A empresa contratada deverá elaborar, emitir e entregar a Contratante o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, para todos os seus equipamentos e sistemas, sendo que o Responsável Técnico da Contratada será responsável por sua elaboração. Informamos que tal plano deverá estar registrado no CREA ou no CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), sendo que os custos com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART será de responsabilidade da Contratada;

10.3.1.3. Destaca-se que a empresa Contratada deverá emitir o PMOC em até 15 (quinze) dias consecutivos após a assinatura do Contrato, com sua respectiva ART;

10.3.1.4. A empresa contratada deverá informar através de relatórios, todas as anormalidades existentes, ou que venham a ocorrer em nossas instalações prejudicando o perfeito funcionamento dos equipamentos, bem como deve apontar as providências cabíveis para sanar a avaria relatada;

10.3.1.5. A Contratada deverá emitir relatórios individuais por equipamento no que se refere a manutenções preventivas e corretivas, relacionado a parte mecânica, hidráulica e elétrica, evidenciando a realização/cumprimento do PMOC;

10.3.1.6. A Contratada deverá emitir indicadores dos equipamentos, de forma individual, de tempo de parada e manutenções preventivas e corretivas.

10.3.2. Do serviço de manutenção Preventiva

10.3.2.1. A manutenção preventiva das instalações tem por objetivo antecipar-se ao aparecimento de defeitos causados pelo uso normal e rotineiro dos equipamentos e instalações ou desuso. Caberá à empresa contratada os serviços de manutenção preventiva que consistem na execução das rotinas periódicas relativas ao PMOC – Plano de Manutenção Operação e Controle que deverão ser realizadas pela CONTRATADA, com base na Portaria do M.S. nº 3523/GM, NBR 1397/97, ABNT, Lei 13.589/2018 e nas características técnicas dos equipamentos de ar-condicionado.



Câmara Municipal de Palmas

10.3.2.2. O cronograma de manutenção preventiva será elaborado pela CONTRATADA, após aprovação da CONTRATANTE.

10.3.2.3. A execução periódica dos serviços de manutenção dos aparelhos de ar condicionado consiste de:

- a) inspeção;
- b) lubrificação;
- c) limpeza geral;
- d) verificação das condições técnicas dos equipamentos e térmicas dos ambientes;
- e) monitoração das partes sujeitas a maiores desgastes;
- f) ajustes ou substituição de componentes em períodos predeterminados;
- g) exame dos componentes antes do término de suas respectivas garantias;
- h) testar e manter as instalações elétricas dos equipamentos;
- i) constatação e correção de falhas; e
- j) reparos e substituição de peças visando manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento e entre outros.

10.3.2.4. A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como ser executado em conformidade com as determinações das normas da ANVISA, ABNT e dispositivos previstos em Leis específicas, através de técnicos habilitados em contingente suficiente ao atendimento da demanda com a utilização de ferramentas e equipamentos apropriados, de acordo com as recomendações do fabricante, de modo a garantir a conservação da vida útil dos equipamentos e o seu perfeito funcionamento.

10.3.2.5. A Manutenção e a Operação dos equipamentos e instalações serão executadas com base nas prescrições dos fabricantes, em consonância com as orientações e demandas do gestor do contrato, tomando como base as inspeções, os procedimentos, as recomendações e as medidas corretivas determinados pelos normativos previstos no item 10.2. deste Termo de Referência.

10.3.2.6. Caso o engenheiro responsável técnico da CONTRATADA julgar necessárias alterações ou complementações nas rotinas de manutenção, para o funcionamento seguro e



Câmara Municipal de Palmas

eficiente dos equipamentos, instalações e redes frigorígenas, deverá submeter o assunto à CONTRATANTE.

10.3.2.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE um ou mais técnicos com experiência para efetuar o objeto desta contratação.

10.3.2.8. Os técnicos deverão se apresentar sempre uniformizados, devendo ostentar de forma visível, o crachá da empresa.

10.3.2.9. A CONTRATANTE poderá modificar as rotinas e a periodicidade dos serviços, bastando comunicar à CONTRATADA por escrito, a qual terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para promover os acertos necessários.

10.3.2.10. Será de total responsabilidade da empresa CONTRATADA a execução de serviços, tais como: serviços de torno e solda, balanceamentos, aferições de equipamentos eletrônicos, tratamento químico da água de condensação, entre outras tarefas de rotina.

10.3.3. Do serviço de manutenção Corretiva

10.3.3.1. Para cada serviço preventivo identificado na relação fica também estabelecido que a CONTRATADA tenha obrigação de executar, se aprovado, o correspondente serviço de manutenção corretiva (substituição de partes e peças, recomposição, reparo, conserto, etc).

10.3.4. Dos materiais e reposição de peças

10.3.4.1. A Contratada deverá fornecer em reposição de peças, quando se fizer necessário, o valor anual de até R\$3.000,00 para a Câmara Municipal de Palmas/PR. O custo da eventual prestação dos serviços de orçamento e troca das peças defeituosas estão incluídas no valor total do contrato. O pagamento das peças será feito pela Contratante seguindo o procedimento a seguir:

10.3.4.1.1. A substituição ocorrerá sempre que as peças indicadas forem imprescindíveis à prestação dos serviços;

10.3.4.1.2. Detectada a necessidade de substituição de alguma peça, a Contratada deverá apresentar, para validação do Contratante, sua proposta de preços. De posse dessa proposta, o Contratante efetuará pesquisa de preços, com, no mínimo, outras 2 (duas) empresas do ramo, a fim de certificar-se de que a proposta apresentada pela Contratada esteja de acordo com o preço de mercado.

10.3.4.1.3. A Contratada apresentará orçamento detalhado das peças a serem trocadas. Caso haja apenas fornecedor único (tabela de fabricante do componente), deverá ser informado por escrito junto com o orçamento.



Câmara Municipal de Palmas

10.3.4.1.4. A Contratante autorizará à Contratada a troca da peça com base no valor médio, obtido por meio dos 3 orçamentos realizados (dois obtidos pela Contratante e um obtido pela Contratada).

10.3.4.1.5. A efetiva instalação de peças, componentes ou acessórios nos equipamentos somente poderá ser efetuada mediante autorização por escrito (ou e-mail) do Contratante.

10.3.4.1.6. As peças, componentes e acessórios danificados deverão ser substituídos por peças novas, originais e genuínas, e as substituídas deverão ser entregues ao funcionário do Contratante responsável pela fiscalização dos serviços para a devida prestação de contas. As peças substituídas deverão possuir garantia de no mínimo 90 dias;

10.3.4.1.7. Na hipótese de a instalação da peça, componente ou acessório ser realizado de maneira inadequada, deverá a Contratada providenciar sua imediata regularização, em até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante.

10.3.5. Dos serviços urgentes

10.3.5.1. A CONTRATADA deverá atender os chamados emergenciais solicitados pelo CONTRATANTE, os serviços de manutenção corretiva, em conformidade com as solicitações deverá ter dentro da prioridade o atendimento de forma imediatista não podendo ultrapassar o tempo de resposta de 80 (oitenta) minutos. Após a solicitação, a Contratada deverá executar os serviços dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

10.3.5.2. A requisição de serviços excepcionais, fora do calendário de manutenção, poderá ser formalizada por meio de comunicação verbal (telefone) ou escrita (ofício, mensagem, aplicativo, eletrônica, etc.), não existindo limite de chamados/solicitações para a CONTRATADA prestar o serviço.

10.3.5.3. Caso a CONTRATADA não promova o devido atendimento nos prazos fixados, fica a CONTRATANTE autorizada a contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos, sem que tal fato o isente da aplicação de sanção contratual ou provoque, para a CONTRATANTE, qualquer perda de garantia dos equipamentos e materiais pertencentes aos equipamentos de ar-condicionado;

10.3.5.4. A CONTRATADA deverá registrar e controlar, por meio específico a gestão das manutenções realizadas (preventiva e corretiva) contemplando emissão de relatórios discriminando detalhadamente todas as atividades realizadas, sendo que tais relatórios devem ser unitários por equipamento, devem conter fotos das manutenções realizadas, conter local para identificação e assinatura do profissional técnico, registrando data, hora, observações e



Câmara Municipal de Palmas

assinatura do servidor da CONTRATANTE, do respectivo setor/departamento atendido, que atestará a realização do serviço; sendo este relatório condicionante para avaliação da pontualidade e qualidade do serviço prestado, sendo pré-requisito para validação e atesto ao pagamento da nota fiscal.

10.4. Da vistoria

10.4.1 É facultado avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 11:30h e das 13:00h às 17:30h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo endereço eletrônico licitacao@camarapalmas.pr.gov.br.

10.4.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia

10.4.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

10.4.4 Os licitantes que optarem pela vistoria ou a dispensarem, deverá preencher o termo de vistoria ou termo de dispensa de vistoria constante no anexo do Edital.

10.4.5 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

10.5. Requisitos da Contratação:

10.5.1. Os requisitos da Contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

10.6. Subcontratação

10.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

10.7. Garantia da Contratação

10.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11. RECEBIMENTO



Câmara Municipal de Palmas

11.1. O recebimento do objeto da aquisição compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

11.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, esta verificação deverá estar concluída em até 02 (dois) dias.

11.3. Após a realização de verificação que constate não haver defeitos, vícios ou incorreções ou que já tenham sido corrigidos pela Contratada quaisquer apontamentos efetuados, o fiscal emitirá o Termo de Recebimento Provisório.

11.4. O recebimento definitivo ocorrerá pelo (a) responsável pelo acompanhamento e gestão do objeto ou comissão designada, prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

11.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive durante o recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o recebimento definitivo não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

11.9 Não se aplicam os critérios de medição em razão do objeto a ser licitado.



Câmara Municipal de Palmas

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

12.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

12.6. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

12.10. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela



Câmara Municipal de Palmas

comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.11. A fiscalização e gestão do contrato, conforme portaria nº12/2025, será exercida por:

Nome	Gestor/Fiscalizador	CPF
Ricardo Severo Vaz	Gestor	***.641.039-**
Marisete Aparecida Petrolí e Gilmar Stahlschmidt de Moura Junior	Fiscais	***.931.459-** e ***.508.259 **

12.12. Declaram o gestor e fiscais estarem ciente das responsabilidades e atribuições previstas na regulamentação e as constantes na Lei nº 14.133/2021 decorrentes da indicação e afirmam plena concordância com as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

13.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, regendo-se pela lei 14.133/21.

13.1.2. Será utilizado o Sistema de Registro de Preço, em virtude de se tratar de objeto cuja aquisição apresenta a necessidade de entrega parcelada, conforme demanda da Administração e disponibilidade orçamentária.

13.1.2. Por se realizar com Sistema de Registro de Preços, o presente objeto não caracterizará contratação obrigatória para Administração.

13.1.3. O licitante vencedor deverá comprovar após a etapa competitiva, que está em situação regular em relação a todas as condições de habilitação para a contratação com a Administração Pública, referente à habilitação técnica, fiscal, social e econômico- financeira, mediante documentos disposto no Anexo I do Edital e seguintes:



Câmara Municipal de Palmas

13.1.4. Habilitação jurídica

13.1.4.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.1.4.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

13.1.4.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.1.4.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.1.5.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

13.1.6.7 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

13.1.7.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

13.2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);



Câmara Municipal de Palmas

13.2.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.2.4 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.2.5 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

13.2.6 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.2.7 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.2.9. prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.3. Habilitação econômico-financeira:

13.3.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.



Câmara Municipal de Palmas

13.3.1.1 Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

13.3.1.2 As empresas criadas no exercício financeiro do processo de contratação direta deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

13.3.1.3 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.

13.3.2 Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contábeis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

13.3.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

13.3.1. A Habilitação Qualificação Técnica:

13.3.1.1. Prova de capacidade técnico-operacional da empresa, mediante a apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa executou ou executa serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, considerando-se ser esta a parcela de maior complexidade técnica do objeto.

13.3.1.2. Atestados de Capacidade Técnico-Profissional, comprovando que o licitante possui vínculo profissional, na data prevista para entrega da proposta, com profissionais legalmente habilitados para a elaboração, fiscalização e execução do PMOC - Plano de Manutenção Operação e Controle nos termos da Lei Federal nº 13.589/2018, regulamentada pela Resolução da ANVISA nº RE 9/03, pela Portaria nº 3.523/98 do Ministério da Saúde e Resolução nº 68/2019 do Conselho Federal dos técnicos industriais com registro no CREA e/ou CRT, da região onde os serviços foram executados.



Câmara Municipal de Palmas

13.3.1.3 A prova de capacidade técnica e Atestados de Capacidade Técnico-Profissional a que se referem os itens 13.3.1.1 e 13.3.1.2 serão solicitados somente para o fornecedor mais bem classificado na etapa de lances que oferecer proposta para o Lote 1.

4.4. Para o lote 2 será exigida apenas a prova de capacidade técnica constante no item 13.3.1.1.

14. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

14.1. Recebida a Nota Fiscal e documento de cobrança equivalente, boleto, correrá o prazo de quinze dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

14.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da Ata e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução da Ata;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.3. A nota fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.



Câmara Municipal de Palmas

14.4. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à contratante;

14.5. Deverão ser apresentados pela contratada com a nota fiscal, podendo acarretar possível atraso no pagamento na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

a) apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) apresentação de Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal;

c) apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

14.6. O contratante fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que a contratante se reserva o direito de efetuar ou não nos casos em que for facultativo;

14.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.8. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior;

14.9. O pagamento será realizado **por meio de boleto**, confeccionado pelo contratado;

14.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como quitado o boleto bancário;



Câmara Municipal de Palmas

14.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

14.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.13. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE. Em caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante, os juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. Quando da incidência da correção monetária e juros moratórios, os valores serão computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida.

15. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação, e poderá ser prorrogado por igual período, mediante comprovação da vantajosidade de preço registrado, nos termos do art. 84 da Lei n.º 14.133/2021.

15.2 A Ata de Registro de Preços estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado, ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

15.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, mediante justificativa.

15.4. Os preços registrados não obrigam a Administração a contratar.



Câmara Municipal de Palmas

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

16.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

16.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto e dos serviços, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo fixado neste Termo de Referência;

16.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias de antecedência que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.6. Manter, durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.7. Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre a aquisição do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Administração;

16.8. Assumir todas as despesas decorrentes do transporte dos materiais inclusive carga e descarga, até os locais indicados neste Termo;

16.9. Assegurar à Administração o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os materiais que não estejam de acordo com as condições estabelecidas no presente Termo, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades pactuadas;



Câmara Municipal de Palmas

16.10. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Administração contratante;

16.11. Responsabilizar-se por todas as obrigações dispostas na Lei nº 14.133/21;

16.12. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

16.13. Não manter em seu quadro de pessoal menores de idade em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

16.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.15. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Processo Licitatório e da execução do objeto.

16.16. O frete dos produtos será realizado pela empresa contratada, sem qualquer custo adicional para a contratante. A contratada será responsável por todas as despesas associadas ao frete e ao descarregamento dos bens, garantindo que os mesmos sejam entregues no local designado pela contratante, em conformidade com os prazos e condições estabelecidos neste Termo.

16.17. Em relação aos atendimentos emergenciais/corretivos, deverão ser atendidos e finalizados em até 48 horas, realizando dentro do horário de expediente.

16.18. Na execução das rotinas dos serviços de manutenção dos equipamentos de ar-condicionado, a CONTRATADA deve:



Câmara Municipal de Palmas

- a) observar estritamente as recomendações dos fabricantes e as instruções constantes de normas técnicas indicadas para a elevação da vida útil e melhoria do rendimento dos equipamentos;
- b) zelar pela integridade física das instalações, mediante eliminação de focos de corrosão, instalação de acessórios, apoios e realização de serviços de purga, pintura e revestimentos protetores;
- c) manter os ambientes climatizados dentro dos padrões normatizados de temperatura, umidade relativa e velocidade do ar. A CONTRATADA deve realizar medições e adotar as medidas necessárias para alcançar os padrões supracitados;
- d) manter limpos os componentes dos equipamentos (bandejas, serpentinas, desumidificadores, ventiladores, venezianas, grelhas e difusores) de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde humana e manter a boa qualidade do ar interno;
- e) utilizar, na limpeza dos componentes dos equipamentos de ar-condicionado, produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim;
- f) manter em condições de operação os filtros, promovendo sua limpeza ou substituição, quando necessário;
- g) remover as partículas sólidas, retiradas dos equipamentos de ar-condicionado após a limpeza, e acondicioná-las em recipientes e locais adequados;
- h) garantir a adequada renovação do ar no interior dos ambientes climatizados.

16.19. A CONTRATADA cuidará para que todas as áreas onde realizarem serviços permaneçam sempre limpas e arrumadas, devendo providenciar capas e tapetes para proteção as mesas localizadas abaixo dos equipamentos de ar condicionado, assim como com os materiais estocados e empilhados em local apropriado, por tipo e qualidade. Providenciará, ainda, a retirada imediata de detritos e sobras de material tão logo conclua as operações relativas ao serviço executado.



Câmara Municipal de Palmas

16.20. A remoção de todo entulho eventualmente produzido pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva do ar-condicionado será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo arcar exclusivamente com o correspondente custo sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

16.21. Zelar pela menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente à contratante e providenciar toda e qualquer sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço durante a execução dos serviços.

16.22. Disponibilizar, sem custo adicional, todo o ferramental e equipamentos necessários para a execução dos serviços, tais como: bombas de vácuo, lavadora de alta pressão, transferidores de gás, anemômetros, termômetros eletrônicos, vacuômetros, medidores de ruído, equipamentos elétricos e hidráulicos, equipamentos de hardware e software e quaisquer outros que se façam necessários.

16.23. Disponibilizar e fornecer, sem custo adicional, todos os materiais necessários para a execução dos serviços de manutenção, tais como: estopa, desengraxante, fitas adesivas, querosene, materiais de limpeza e quaisquer outros que se façam necessários.

16.24. Retirar os ares condicionados que por motivos técnicos não puderem ser consertados e/ou regulados nos locais e uso, mediante prévia aprovação da contratante, ficando a contratada inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes durante a retirada, transporte, substituição de peças e reinstalação, sem qualquer custo adicional à contratante.

16.25. A contratada deverá arcar com todos os custos e recursos para retirar e transportar os equipamentos defeituosos para o local da oficina, assim como para o retorno e recolocação em sua posição de origem, inclusive, disponibilizar, sem custo adicional, andaimes, escadas, cordas e quaisquer outros que se façam necessários

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



Câmara Municipal de Palmas

17.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

17.3. Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto serviços fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

17.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

17.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

17.6. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações exigidas;

17.7. Permitir livre acesso dos empregados da empresa às suas dependências para a entrega do objeto a ser fornecido;

17.8. Proporcionar as facilidades necessárias para que a contratada possa fornecer o objeto deste Termo dentro das normas estabelecidas;

17.9. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da empresa;

17.10.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18.TERMO DE CONTRATO

18.1 A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade da Contratante, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual ou por outro instrumento hábil que vier a substituí-lo, e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade da aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante, devendo, como condição para a assinatura, o fornecedor comprovar a manutenção das condições de habilitação.



Câmara Municipal de Palmas

18.2 A convocação da empresa adjudicada para a assinatura do instrumento contratual ou retirar outro instrumento correspondente deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito de fornecimento do objeto ou prestação do serviço. Este prazo poderá ser prorrogável 01 (uma) única vez, quando solicitado pela empresa, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

18.3. Se o fornecedor convocado não assinar o Termo de Contrato ou não retirar outro instrumento equivalente, poderão ser convocados os demais fornecedores que tiverem aceitado fornecer os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor dispostos no Cadastro Reserva, na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.

18.4. A recusa injustificada em assinar o Contrato ou seu substituto implicará na inexecução total do compromisso assumido, sujeitando a empresa à aplicação das sanções legalmente estabelecidas.

18.6. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

18.7. Ao retirar a Autorização de Fornecimento e assinar o instrumento contratual ou seu substituto, a empresa adjudicada obriga-se a entregar os bens, conforme especificações e condições contidas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos, bem como na proposta apresentada. Prevalecendo-se, no caso de divergência, as especificações e condições dispostas neste Termo de Referência.

18.8. A contratação tem prazo de vigência de até 12 meses, contados da data de publicação do extrato contratual.

18.9. O Contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

19. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL E DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



Câmara Municipal de Palmas

19.1. Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, rescindir unilateral ou amigavelmente o contrato, na forma do art. 138, bem como aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 156, ambos do mesmo diploma legal.

19.2. No caso de extinção contratual ou cancelamento da ata de registro de preços poderá ser aplicada multa de acordo com o disposto nas sanções.

20. DAS SANÇÕES

20.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, à aplicação das seguintes sanções administrativas.

20.1.1. Advertência.

20.1.2. Multa.

20.1.3. Impedimento de licitar ou contratar.

20.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.2. Poderão ser aplicadas multas de caráter moratório e compensatório, a serem aplicadas de acordo aos percentuais indicados na sequência.

20.3. De caráter moratório.

20.3.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior a 30 (trinta).

20.3.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE.



Câmara Municipal de Palmas

20.4. De caráter compensatório.

20.4.1. 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA, ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida.

20.4.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE.

20.5. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do objeto.

20.6. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total contratado, fica facultado à CONTRATANTE reconhecer a ocorrência das hipóteses de rescisão contratual.

20.7. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

20.8. Não serão aplicadas as multas decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais resultante da existência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

20.9. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade em até 5 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Órgão Oficial da CONTRATANTE, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

20.10. A aplicação das penalidades é de competência exclusiva do Presidente da Câmara Municipal de Palmas.



Câmara Municipal de Palmas

20.11. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos e a sistemática procedimentais previstos em Lei e regulamentação pertinente, bem como serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório à CONTRATADA.

20.12. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

21.1. Os recursos destinados ao custeio correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas:

3.3.90.30 - Material de Consumo

3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Em anexo a este Termo:

I - PMOC 2025

<hr/>	<hr/>
Integrante	Integrante
Requisitante	Administrativo
<i>Ricardo Severo Vaz</i>	<i>Gilmar Stahlschmidt de Moura Junior</i>
<i>Presidente</i>	<i>Agente de Contratação</i>

Palmas, 16 de abril de 2026

Aprovo,

Autoridade Competente



Câmara Municipal de Palmas

Ricardo Severo Vaz



Câmara Municipal de Palmas

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

A/C Pregoeira da

Câmara Municipal de Palmas - PR

Pregão Eletrônico nº 0X/2026

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone/celular: (____) _____; e-mail: _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital em epigrafe conforme descrito abaixo:

LOTE 1 - ELABORAÇÃO DO PMOC					
Item	Unid.	Qnt.	Descrição	Valor Unit. (R\$)	Total por item (R\$)
01	Svç	01	Elaboração de PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle, por profissional tecnicamente habilitado, nos termos da Lei Federal nº 13.589/2018, regulamentada pela Resolução da Anvisa RE 9/03, pela Portaria n.3.523/98 do Ministério da Saúde e Resolução nº 68/2019 do Conselho Federal dos técnicos industriais, atendendo-se às normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas aplicáveis.
VALOR TOTAL				R\$...	

LOTE 2 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO					
Item	Unid.	Qnt.	Descrição	Valor Unit.	Total por item



Câmara Municipal de Palmas

01	Svç.	48	Manutenção preventiva mensal nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs	R\$...	R\$...
02	Svç.	16	Manutenção preventiva mensal nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs	R\$...	R\$...
03	Svç.	08	Manutenção preventiva mensal no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs	R\$...	R\$...
04	Svç.	16	Manutenção preventiva mensal nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTUs	R\$...	R\$...
05	Svç.	18	Manutenção preventiva trimestral nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs	R\$...	R\$...
06	Svç.	06	Manutenção preventiva trimestral nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs	R\$...	R\$...
07	Svç.	03	Manutenção preventiva trimestral no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs	R\$...	R\$...
08	Svç.	06	Manutenção preventiva trimestral nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTUs	R\$...	R\$...
09	Svç.	12	Manutenção preventiva semestral nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs	R\$...	R\$...
10	Svç.	04	Manutenção preventiva semestral nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs	R\$...	R\$...
11	Svç.	02	Manutenção preventiva semestral no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs	R\$...	R\$...
12	Svç.	04	Manutenção preventiva semestral nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTUs	R\$...	R\$...
13	Svç.	06	Manutenção corretiva nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs	R\$...	R\$...
14	Svç.	02	Manutenção corretiva nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs	R\$...	R\$...



Câmara Municipal de Palmas

15	Svç.	01	Manutenção corretiva em todos no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs	R\$...	R\$...
16	Svç.	02	Manutenção corretiva nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTUs	R\$...	R\$...
17	Svç.	06	Carga de gás para aparelho de ar de 9.000 BTUs	R\$...	R\$...
18	Svç.	02	Carga de gás para aparelho de ar de 12.000 BTUs	R\$...	R\$...
19	Svç.	01	Carga de gás para aparelho de ar de 30.000 BTUs	R\$...	R\$...
20	Svç.	02	Carga de gás para aparelho de ar de 60.000 BTUs	R\$...	R\$...
21	Svç.	01	Peças para reposição. Item genérico de valor estimado para aquisição de peças de reposição não cobertas no valor da manutenção corretiva. (Esse item não deverá ser objeto de lance, devendo a proposta manter o valor originário da contratação)	R\$3.000	R\$3.000
Valor Total					R\$...

VALIDADE DA PROPOSTA: mínimo de 60 (sessenta) dias. Declaramos que estamos cientes das condições apresentadas no termo de referência.

Palmas, _____ de _____ de 2026

Assinatura do representante legal

Razão social

CNPJ:



Câmara Municipal de Palmas

ANEXO V– MODELO TERMO DE VISTORIA

A/C Pregoeira da Câmara Municipal de Palmas - PR

Pregão Eletrônico n.º 0x/2026

DECLARAMOS, para fins de licitação, que o Senhor _____, na função de visitante da empresa _____, CNPJ nº _____, efetuou a vistoria no local a ser realizada a prestação de serviços de engenharia, e tomou conhecimento das peculiaridades inerentes à natureza e execução dos serviços.

PalmasMaio de 2026

Nome da empresa proponente

Assinatura do Visitante

Nome do Representante

Representante da Câmara Municipal de Palmas – Paraná



Câmara Municipal de Palmas

MODELO CASO OPTE PELA DISPENSA DE VISTORIA

A/C Pregoeira

da Câmara Municipal de Palmas - PR

Pregão Eletrônico n.º 0X/2026

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____ com endereço na Rua _____, nº _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone (____) _____ - _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____. DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou Instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumidos total responsabilidade por esse fato informado que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas e/ou financeiras para com a contratante.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal



Câmara Municipal de Palmas

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone/celular: (____) _____; e-mail: _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, vem por meio desta, DECLARAR que:

I - Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

II - Para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

III - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

IV - Compromete-se a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

Palmas, _____ de _____ de 2026

Assinatura do representante legal

Razão social

CNPJ



Câmara Municipal de Palmas

ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º XX/2026

Ata de registro de Preços para

A Câmara Municipal de Palmas, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº77.778.728/0001-73, com sede na Avenida Clevelândia, nº 591, Município de Palmas, Estado do Paraná, representado legalmente neste ato pelo Presidente, Sr Ricardo Severo Vaz, brasileiro, portador do RG nº xx e inscrito no CPF nº xx, residente e domiciliado neste Município de Palmas, Estado do Paraná, considerando o julgamento da licitação nº... em epígrafe numerada, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta Ata, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislação aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de para eventual e futura contratação de empresa especializada na elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), bem como na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, além do fornecimento de peças e insumos para ar-condicionado, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Palmas/PR. especificado no item..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DA EMPRESA REGISTRADA E DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E VALORES

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



Câmara Municipal de Palmas

2.2. Fornecedor (*razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante*)

Item	Produto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
xx				
TOTAL				

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a Câmara Municipal de Palmas.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;



Câmara Municipal de Palmas

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

4.5. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimos de quantitativos

4.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na presente ata de registro de preços.



Câmara Municipal de Palmas

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:



Câmara Municipal de Palmas

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



Câmara Municipal de Palmas

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7.1 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



Câmara Municipal de Palmas

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



Câmara Municipal de Palmas

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.3, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade



Câmara Municipal de Palmas

gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Por razão de interesse público;

8.1.4. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

8.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.5.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



Câmara Municipal de Palmas

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo ao Edital.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos destinados ao custeio correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas:

3.3.90.30 - Material de Consumo

3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.



Câmara Municipal de Palmas

Palmas...de....2026

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

11.1. Fornecedor (*razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante*)

Item	Produto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total



Câmara Municipal de Palmas

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

11.2. Fornecedor (*razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante*)

Item	Produto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total



Câmara Municipal de Palmas

ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0X/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026

QUE ENTRE SI CELEBRAM

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS/PR E A

EMPRESA

Pelo presente instrumento particular de Contrato Administrativo de fornecimento de bens e serviços, sem vínculo empregatício, de um lado

A Câmara Municipal de Palmas, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº77.778.728/0001-73, com sede na Avenida Clevelândia, nº 591, Município de Palmas, Estado do Paraná, representado legalmente neste ato pelo Presidente, Sr Ricardo Severo Vaz, brasileiro, portador do RG nº xx e inscrito no CPF nº xx, residente e domiciliado neste Município de Palmas, Estado do Paraná, a seguir denominado CONTRATANTE.

De outro lado a Empresa....., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, com sede na Rua, n.º, Município de, Estado, CEP....., telefone, neste ato representada pelo(a) Sr.(a).....inscrito no CPF n.º....., residente e domiciliado em....., doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Legislativo Municipal nº 06/2025 e demais legislação aplicável, celebram entre si o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n., que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO



Câmara Municipal de Palmas

- 1.1. O objeto do presente instrumento é registro de preços, para eventual e futura contratação de empresa especializada na elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), bem como na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, além do fornecimento de peças e insumos para ar-condicionado, a fim de atender às necessidades da Câmara Municipal de Palmas/PR.

2. 1.2. Objeto da contratação:

LOTE 1 - ELABORAÇÃO DO PMOC					
Item	Unid.	Qnt.	Descrição	Valor Unit. (R\$)	Total por item (R\$)
01	Svç	01	Elaboração de PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle, por profissional tecnicamente habilitado, nos termos da Lei Federal nº 13.589/2018, regulamentada pela Resolução da Anvisa RE 9/03, pela Portaria n.3.523/98 do Ministério da Saúde e Resolução nº 68/2019 do Conselho Federal dos técnicos industriais, atendendo-se às normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas aplicáveis.
VALOR TOTAL				R\$...	

LOTE 2 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO					
Item	Unid.	Qnt.	Descrição	Valor Unit.	Total por item
01	Svç.	48	Manutenção preventiva mensal nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs	R\$...	R\$...
02	Svç.	16	Manutenção preventiva mensal nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs	R\$...	R\$...



Câmara Municipal de Palmas

03	Svç.	08	Manutenção preventiva mensal no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs	R\$...	R\$...
04	Svç.	16	Manutenção preventiva mensal nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTUs	R\$...	R\$...
05	Svç.	18	Manutenção preventiva trimestral nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs	R\$...	R\$...
06	Svç.	06	Manutenção preventiva trimestral nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs	R\$...	R\$...
07	Svç.	03	Manutenção preventiva trimestral no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs	R\$...	R\$...
08	Svç.	06	Manutenção preventiva trimestral nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTUs	R\$...	R\$...
09	Svç.	12	Manutenção preventiva semestral nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs	R\$...	R\$...
10	Svç.	04	Manutenção preventiva semestral nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs	R\$...	R\$...
11	Svç.	02	Manutenção preventiva semestral no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs	R\$...	R\$...
12	Svç.	04	Manutenção preventiva semestral nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTUs	R\$...	R\$...
13	Svç.	06	Manutenção corretiva nos 06 (seis) aparelhos de ar condicionado de 9.000 BTUs	R\$...	R\$...
14	Svç.	02	Manutenção corretiva nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 12.000 BTUs	R\$...	R\$...
15	Svç.	01	Manutenção corretiva em todos no aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs	R\$...	R\$...
16	Svç.	02	Manutenção corretiva nos 02 (dois) aparelhos de ar condicionado de 60.000 BTUs	R\$...	R\$...



Câmara Municipal de Palmas

17	Svç.	06	Carga de gás para aparelho de ar de 9.000 BTUs	R\$...	R\$...
18	Svç.	02	Carga de gás para aparelho de ar de 12.000 BTUs	R\$...	R\$...
19	Svç.	01	Carga de gás para aparelho de ar de 30.000 BTUs	R\$...	R\$...
20	Svç.	02	Carga de gás para aparelho de ar de 60.000 BTUs	R\$...	R\$...
21	Svç.	01	Peças para reposição. Item genérico de valor estimado para aquisição de peças de reposição não cobertas no valor da manutenção corretiva. (Esse item não deverá ser objeto de lance, devendo a proposta manter o valor originário da contratação)	R\$...	R\$...
Valor Total					R\$...

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital de Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contado da assinatura do Contrato, conforme preconiza o artigo 105, da Lei 14.133/21.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



Câmara Municipal de Palmas

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. O reajuste do contrato se dará após decorridos 12 (doze) meses, tendo como data-base a data do orçamento estimado, de acordo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE, acumulado no período de 12 (doze) meses, ou outro índice que vier a substituí-lo. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



Câmara Municipal de Palmas

- 8.3. Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 8.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 8.6. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações exigidas;
- 8.7. . Permitir livre acesso dos empregados da empresa às suas dependências para a entrega do objeto a ser fornecido;
- 8.8. Proporcionar as facilidades necessárias para que a contratada possa fornecer o objeto deste Termo dentro das normas estabelecidas;
- 8.9. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da empresa;
- 8.10. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 9.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota



Câmara Municipal de Palmas

fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo fixado neste Termo de Referência;

9.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias de antecedência que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.6. Manter, durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.7. Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre a aquisição do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Administração;

9.8. Assumir todas as despesas decorrentes do transporte dos materiais inclusive carga e descarga, até os locais indicados neste Termo;

9.9. Assegurar à Administração o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os materiais que não estejam de acordo com as condições estabelecidas no presente Termo, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades pactuadas;

9.10. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Administração contratante;

9.11. Responsabilizar-se por todas as obrigações dispostas na Lei nº 14.133/21;

9.12. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, quando



Câmara Municipal de Palmas

esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

9.13. Não manter em seu quadro de pessoal menores de idade em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

9.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Processo Licitatório e da execução do objeto.

9.16. O frete dos produtos será realizado pela empresa contratada, sem qualquer custo adicional para a contratante. A contratada será responsável por todas as despesas associadas ao frete e ao descarregamento dos bens, garantindo que os mesmos sejam entregues no local designado pela contratante, em conformidade com os prazos e condições estabelecidos neste Termo.

9.17. Em relação aos atendimentos emergenciais/corretivos, deverão ser atendidos e finalizados em até 48 horas, realizando dentro do horário de expediente.

Na execução das rotinas dos serviços de manutenção dos equipamentos de ar-condicionado, a CONTRATADA deve:

- a) observar estritamente as recomendações dos fabricantes e as instruções constantes de normas técnicas indicadas para a elevação da vida útil e melhoria do rendimento dos equipamentos;
- b) zelar pela integridade física das instalações, mediante eliminação de focos de corrosão, instalação de acessórios, apoios e realização de serviços de purga, pintura e revestimentos protetores;



Câmara Municipal de Palmas

c) manter os ambientes climatizados dentro dos padrões normatizados de temperatura, umidade relativa e velocidade do ar. A CONTRATADA deve realizar medições e adotar as medidas necessárias para alcançar os padrões supracitados;

d) manter limpos os componentes dos equipamentos (bandejas, serpentinas, desumidificadores, ventiladores, venezianas, grelhas e difusores) de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde humana e manter a boa qualidade do ar interno;

utilizar, na limpeza dos componentes dos equipamentos de ar-condicionado, produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim;

f) manter em condições de operação os filtros, promovendo sua limpeza ou substituição, quando necessário;

g) remover as partículas sólidas, retiradas dos equipamentos de ar-condicionado após a limpeza, e acondicioná-las em recipientes e locais adequados;

h) garantir a adequada renovação do ar no interior dos ambientes climatizados.

9.18. A CONTRATADA cuidará para que todas as áreas onde realizarem serviços permaneçam sempre limpas e arrumadas, devendo providenciar capas e tapetes para proteção as mesas localizadas abaixo dos equipamentos de ar condicionado, assim como com os materiais estocados e empilhados em local apropriado, por tipo e qualidade. Providenciará, ainda, a retirada imediata de detritos e sobras de material tão logo conclua as operações relativas ao serviço executado.

9.19. A remoção de todo entulho eventualmente produzido pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva do ar-condicionado será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo arcar exclusivamente com o correspondente custo sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

9.20. Zelar pela menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente à contratante e providenciar toda e qualquer sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço durante a execução dos serviços.



Câmara Municipal de Palmas

9.21. Disponibilizar, sem custo adicional, todo o ferramental e equipamentos necessários para a execução dos serviços, tais como: bombas de vácuo, lavadora de alta pressão, transferidores de gás, anemômetros, termômetros eletrônicos, vacuômetros, medidores de ruído, equipamentos elétricos e hidráulicos, equipamentos de hardware e software e quaisquer outros que se façam necessários.

9.22. Disponibilizar e fornecer, sem custo adicional, todos os materiais de consumo necessários para a execução dos serviços de manutenção, tais como: estopa, desengraxante, fitas adesivas, querosene, materiais de limpeza e quaisquer outros que se façam necessários.

9.23. Retirar os ares condicionados que por motivos técnicos não puderem ser consertados e/ou regulados nos locais e uso, mediante prévia aprovação da contratante, ficando a contratada inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes durante a retirada, transporte, substituição de peças e reinstalação, sem qualquer custo adicional à contratante.

9.24. A contratada deverá arcar com todos os custos e recursos para retirar e transportar os equipamentos defeituosos para o local da oficina, assim como para o retorno e recolocação em sua posição de origem, inclusive, disponibilizar, sem custo adicional, andaimes, escadas, cordas e quaisquer outros que se façam necessários

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DO OBJETO

11.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



Câmara Municipal de Palmas

11.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

11.3. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

11.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

11.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

11.6. As peças/materiais que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

11.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

11.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

11.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.



Câmara Municipal de Palmas

11.10. O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, à aplicação das seguintes sanções administrativas.

12.1.1. Advertência.

12.1.2. Multa.

12.1.3. Impedimento de licitar ou contratar.

12.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2. Poderão ser aplicadas multas de caráter moratório e compensatório, a serem aplicadas de acordo aos percentuais indicados na sequência.

12.3. De caráter moratório.

12.3.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta).

12.3.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE.

12.4. De caráter compensatório.



Câmara Municipal de Palmas

12.4.1. 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA, ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida.

12.4.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE.

12.5. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

12.6. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, fica facultado à CONTRATANTE reconhecer a ocorrência das hipóteses de rescisão contratual.

12.7. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

12.8. Não serão aplicadas as multas decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais resultante da existência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

12.9. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade em até 5 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Órgão Oficial da CONTRATANTE, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

12.10. A aplicação das penalidades é de competência exclusiva do Presidente da Câmara Municipal de Palmas

12.11. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos e a sistemática procedimentais previstos em Lei e regulamentação pertinente, bem como serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório à CONTRATADA.



Câmara Municipal de Palmas

12.12. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, rescindir unilateral ou amigavelmente o contrato, na forma do art. 138, bem como aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 156, ambos do mesmo diploma legal.

13.2. No caso de extinção contratual poderá ser aplicada multa de acordo ao disposto nas sanções.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos destinados ao custeio correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas:

3.3.90.30 - Material de Consumo

3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto Legislativo Municipal nº 02/2024, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ANTICORRUPÇÃO



Câmara Municipal de Palmas

17.1. partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE



Câmara Municipal de Palmas

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHA 1:

1- -----

TESTEMUNHA 2:

2- -----